



ATA Nº. 025/2023

**ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ,
REALIZADA NO DIA 04 DE SETEMBRO DO ANO DE 2023**

Aos **QUATRO** dias do mês de **SETEMBRO** do ano de **2023**, com início às **19h00m** (dezenove horas), no Plenário da Sede deste Poder Legislativo Municipal, realizou-se a **VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA** da atual sessão legislativa, sob a Presidência do Vereador **ERIVALDO DA CRUZ**, com a presença dos Vereadores **ANTÔNIO MARCELINO FAVORETO**, **CLAUDEMIR MARCELINO LOUZADA**, **EDSON PINHEIRO DE JESUS**, **MILTON MUNIZ NETO**, **NILSON GOMES DA SILVA**, **PAULO AUGUSTO GOYA**, **PAULO CESAR RADDI** e **SILVANA DE FÁTIMA COSSI HERNANDES**.

ABERTURA: Após constatar haver o quórum regimental para abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente declarou, sob a proteção de Deus, aberta a sessão, convidando o Vereador Antônio Marcelino Favoreto para fazer a leitura de um texto bíblico.

EXPEDIENTE: Iniciando o expediente, o Sr. Presidente pediu ao Primeiro Secretário, Vereador Claudemir Marcelino Louzada, para fazer a leitura da ata da sessão anterior. Concluída a leitura da ata e oportunizada a discussão, não houve manifestação, ficando a mesma **aprovada** e sendo assinada na forma regimental. Na sequência, foi lida a **EMENDA MODIFICATIVA Nº 001/2023, DE AUTORIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO, QUE MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 4º DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 044/2023** e a **EMENDA MODIFICATIVA Nº 002/2023, TAMBÉM DE AUTORIA DA COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO, REDAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO, QUE MODIFICA A REDAÇÃO DO ARTIGO 9º DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 044/2023**, ficando referidas matérias devidamente anunciadas. Foi lido também o **CONVITE** da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura para participação do Desfile Cívico, que acontecerá no dia 7 de setembro, com saída às 08h30m em frente ao Ginásio de Esportes e chegada em frente ao Paço Municipal. Não havendo mais nada a ser lido, o Senhor Presidente deu por **encerrado o expediente**.

ORDEM DO DIA: Havendo quórum regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia, onde foram deliberadas as seguintes matérias: **1º) PRIMEIRO TURNO DE VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 316/2023, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE PROMOVE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, ESTADO DO PARANÁ, E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM VIGOR, INCLUI AÇÕES NO PPA LEI Nº. 256/2021, INCLUI METAS NA LDO LEI Nº. 276/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Após anunciar a matéria, foi lido pelo Primeiro Secretário o parecer da Comissão de Justiça, Legislação, Redação, Finanças e Orçamento. Colocada a matéria em **discussão**, solicitou a palavra o Vereador **Toninho**, dizendo que este é um tipo de projeto que tramita corriqueiramente na Câmara e que se trata de um recurso federal destinado à cultura, que é um setor que foi bastante prejudicado no período da pandemia, sendo que esta quantia de setenta e três mil, duzentos e noventa reais e cinquenta centavos, ao dar entrada no orçamento, permitirá ao Executivo investir nesta importante área de nosso município. Não havendo mais pronunciamentos, a matéria foi colocada em **votação**, sendo **aprovada** por **unanimidade** de votos em **primeiro turno** de votação.

2º) PRIMEIRO TURNO DE VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 311/2023, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI Nº.

039/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Após anunciar a matéria, foi lido pelo Primeiro Secretário o parecer da Comissão de Justiça, Legislação, Redação, Finanças e Orçamento. Colocada a matéria em **discussão**, solicitou a palavra a **Vereadora Silvana**, dizendo que, analisando o texto do projeto, verificou que estão sendo criados cargos de Odontólogo, Nutricionista, Psicólogo, Instrutor de Educação Física e Médico Plantonista e que, em seu entendimento, este é um projeto para que se possa fazer um concurso e regularizar a situação de algumas pessoas que não passaram no concurso. Disse que embora a comissão tenha dado parecer favorável, gostaria de fazer esta colocação, pois ao andar pelas ruas escuta coisas que não merece escutar, mas que sabe que estão falando, no sentido de que "é para regularizar a filha de fulano, filha de sicrano". Disse que na semana passada uma matéria foi retirada de pauta, onde alguns iriam votar contra, por se tratar de uma injustiça com os outros que passaram no concurso, mas que também não gostaria de se alongar neste tema, pois por enquanto foi retirado de pauta. Finalizando, a Vereadora reforçou que em seu pensamento esta matéria seria simplesmente para fazer um concurso e regularizar pessoas que não passaram no concurso. Também tomou parte da discussão o **Vereador Louzada**, complementando o que a Vereadora Silvana disse e explicando que a comissão analisa a legalidade da matéria, e ao fazer essa análise, verificou-se que o Prefeito tem legalidade para criar cargos, mas que agora o projeto deve passar por votação, sendo que o Vereador que achar que não devem ser criados estes cargos, poderá votar contra ou a favor. O Vereador explicou ainda que quanto a um futuro concurso para preenchimento destas vagas, isso não seria passado pela Câmara, pois é uma prerrogativa do Prefeito. Na sequência, participou da discussão o **Vereador Paulo Goya**, dizendo que o Vereador Louzada tem razão ao afirmar que, como membro da Comissão de Justiça desta Casa, sua função é analisar a legalidade do ato, e que, como disse a Vereadora Silvana, estamos votando a criação de novos cargos para fazer parte do quadro efetivo do município. O Vereador disse que há pouco tempo atrás foi feito um concurso público, onde tinha também vagas para estas funções, porém não com as mesmas cargas horárias. Disse ainda que, ao seu ver, este projeto vem em um momento que não é propício nem viável, pois se a intenção era abrir novos cargos, que o fizesse antes de se abrir o concurso público e incluísse essas vagas, pois assim, em termos de gastos, se gastaria apenas com aquele concurso. O Vereador disse que é uma prerrogativa do Senhor Prefeito enviar este projeto de lei, mas que cabe aos Vereadores analisar o por que destas funções não terem sido inseridas anteriormente para fazerem parte do concurso público passado, dizendo que agora poderá ser aberto um novo concurso público ou um novo PSS. Falando especificamente sobre o cargo de Odontólogo, o Vereador disse que anteriormente o município contava com as funções de Odontólogo vinte horas e Odontólogo quarenta horas e que este projeto extingue o cargo de vinte horas, sendo que, ao seu ver, o cargo de Odontólogo trinta horas não condiz com as necessidades do nosso município, uma vez que este contava com duas equipes de PSF, tanto na parte médica quanto na parte odontológica, e que atualmente estas equipes da parte odontológica estão extintas pela falta de profissional com a carga horária de quarenta horas, motivo pelo qual não vê necessidade no cargo de trinta horas, mas sim de dois profissionais na carga horária de quarenta horas, fazendo jus ao PSF do Governo Federal. Por fim, utilizou a palavra o **Vereador Toninho**, dizendo que as falas dos Senhores Vereadores foram muito oportunas e que foram feitos esclarecimentos importantes, dizendo que os Vereadores da Comissão estiveram reunidos com o departamento de recursos humanos do município e com o jurídico da Casa

para discutir estas matérias e tomarem a melhor decisão. Disse que tudo o que foi dito pelos Senhores Vereadores foi tratado nessas oportunidades e que, segundo o departamento de RH, essas mudanças seriam necessidades do setor e que acredita que a matéria foi enviada pelo Executivo com boa fé, não podendo trabalhar com suposições, frisando que enviar a matéria visando a criação de cargos é uma prerrogativa do Prefeito e que cabe aos Vereadores analisar. Disse que são matérias difíceis e que nos últimos dias tiveram muita preocupação com as matérias que tramitam na Casa, para tentar fazer o melhor para o município e que fica contente de ver a fala dos demais Vereadores que também estão imbuídos de fazer o melhor. Finalizando, disse que a comissão votou pela aprovação da matéria pois colheram elementos suficientes para tomar essa decisão, esperando que o Executivo seja responsável e use essa matéria para o bem do município. Não havendo mais manifestações a matéria foi colocada em **votação**, sendo **aprovada** por **maioria** de votos em **primeiro turno** de votação, contando com os **votos contrários** dos **Vereadores Paulo Goya e Silvana Hernandez**. **3º) PRIMEIRO TURNO DE VOTAÇÃO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 045/2023, DE AUTORIA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, QUE PROMOVE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR Nº. 030/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Após anunciar a matéria, foi lido pelo Primeiro Secretário o parecer da Comissão de Justiça, Legislação, Redação, Finanças e Orçamento. Colocada a matéria em **discussão**, solicitou a palavra o **Vereador Paulo Goya**, dizendo que gostaria de parabenizar o Executivo pela coragem em regularizar a contribuição patronal de nosso município, bem como fazer um alerta sobre a responsabilidade dessa questão, pois, desde o exercício de 2022, a alíquota patronal aumenta meio por cento ao ano, estando atualmente em quinze e meio por cento, e assim sucessivamente, até o ano de 2034, quando chegará a vinte e um por cento. O Vereador disse que é o correto, mas que é uma alíquota muito pesada para o município, sendo necessário que os próximos gestores sejam muito responsáveis com os gastos públicos. Na sequência, utilizou a palavra o **Vereador Mel**, dizendo que em realidade esta matéria trata-se de uma simples correção da redação de uma lei já aprovada há um tempo atrás. O Vereador disse que trabalhou bastante sobre este tema e que assim como o Vereador Paulo, parabeniza o Prefeito Municipal por ter tido a coragem de regularizar essa situação. Disse que a alíquota voltar ao patamar de vinte e um por cento, é voltar ao lugar de onde ela nunca deveria ter saído, pois hoje o município já arca com a mesma, sendo que ela somente não está no devido lugar, pois não sendo pago diretamente como contribuição patronal, deveser pago através de aporte. O Vereador disse que uma empresa privada não possui essa prerrogativa de optar por diminuir a parte patronal e economizar o dinheiro para fazer qualquer outra coisa, para no futuro fazer falta no fundo de previdência, ou até mesmo se questionar se haverá possibilidade de se pagar as aposentadorias ou não, pois cogitar sobre isso por si só já é uma vergonha. Finalizando, o Vereador reforçou os parabéns ao Prefeito, salientando que não foi só este escalonamento de meio por cento ao ano que foi alterado, pois já no primeiro ano de mandato o Senhor Prefeito aumentou a contribuição patronal de quatorze para quinze por cento, lembrando que juntamente com o Vereador Paulo Goya, então Presidente da Casa, levaram essa reivindicação de se alcançar os vinte e um por cento ao Executivo, pois a ideia inicial era a de que a alíquota chegasse apenas até dezoito por cento, mas que fizeram essa reivindicação e o Senhor Prefeito prontamente os atendeu. Não havendo mais manifestações, a matéria foi colocada em **votação através do processo nominal**, onde foi **aprovada** por **unanimidade** de votos em **primeiro turno** de votação,

encerrando-se a ordem do dia. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Iniciou o período de explicações pessoais o **Vereador Toninho** onde, aproveitando que hoje foi votado uma matéria relacionada à cultura, comentou sobre o fato de que a festa do rodeio é algo que marca nosso município e que até o momento não viu nenhuma movimentação neste sentido. O Vereador disse que sente que a população está ficando sem uma identidade que lhes dê orgulho do município e que a festa do peão por muito tempo cumpriu esse papel. Disse também que por conta da pandemia tiveram alguns anos que não houve a realização desta festa, mas que no ano passado ela aconteceu e foi uma excelente festa e que pôde perceber o quanto a população esteve animada com o evento, solicitando ao Senhor Presidente que busque junto ao Poder Executivo a informação sobre se este ano haverá ou não esta festa, para que se saiba como andam os preparativos ou, em caso negativo, o porquê de não ocorrer, pois as pessoas já estão levantando estes questionamentos. Na sequência, utilizou a palavra o **Vereador Louzada**, dizendo que recentemente houve um concurso público em nosso município e que, como representante do povo, gostaria de fazer um alerta ao nosso Gestor de que as contratações devem ser feitas buscando atender as prioridades. O Vereador disse que o município vem contratando ao longo do tempo alguns profissionais que passaram no concurso, sendo que especificamente na semana passada, foi convocada uma psicóloga. O Vereador disse que a prioridade hoje de um profissional desta área é no departamento de saúde pois estamos sem psicólogos neste setor e, como o Vereador Mel sempre alerta, há um crescimento das doenças mentais em todo mundo e também em nosso município, como depressão, suicídio, entre outros, e portanto, seria de suma importância que a saúde fosse o primeiro setor a contar com este profissional, porque ele será um dos primeiros profissionais a identificar estes problemas mentais e dar o devido encaminhamento. O Vereador disse que, em segundo lugar de prioridade, seria a educação, especialmente envolvendo alunos em fase de desenvolvimento, tanto na escola, como no conselho tutelar e na assistência social. Todavia, infelizmente o Senhor Prefeito alocou a psicóloga contratada junto ao CRAS, que também é uma necessidade, mas não uma prioridade. Finalizando, o Vereador alertou o Senhor Prefeito para que ele reveja as prioridades quando da lotação dos profissionais contratados. Ato contínuo, utilizou a palavra a **Vereadora Silvana**, comentando que em agosto do ano passado fez uma indicação solicitando ao Executivo que instituisse um auxílio transporte para ajudar os estudantes em seus estudos e que há aproximadamente oito dias alguns estudantes entraram em contato questionando sobre como estava essa situação. A Vereadora explicou todo seu empenho nesta demanda, salientando que esteve visitando os municípios de São Carlos e Jussara para conversar sobre o tema, mas infelizmente até o momento em São Tomé ainda não havia acontecido. A Vereadora disse que então estes alunos apresentaram um abaixo assinado, com a assinatura de vinte e três estudantes e solicitaram sua ajuda para conversar com o Poder Executivo. Diante disso, a Vereadora esteve juntamente com uma representante destes alunos em uma conversa com o Senhor Prefeito, onde este se propôs a enviar um projeto de lei neste sentido ainda este ano para ser analisado por esta Casa, visando auxiliar os alunos. A Vereadora esclareceu que nesta reunião não foi falado sobre valores, mas que com muita certeza o município estará ajudando os estudantes. Também utilizou a palavra o **Vereador Paulo Goya**, inicialmente parabenizado ao Vereador Louzada pela observação com relação às prioridades no ato da contratação de servidores. O Vereador disse que não se pode contratar apenas por contratar, devendo ser observadas as efetivas necessidades do nosso município. Sobre o comentário do



Vereador Toninho a respeito da festa do rodeio, o Vereador disse que embora não seja ele que pode dar uma resposta em nome do Executivo, gostaria de lembrar a todos que o aporte para o fundo de previdência para este ano de dois mil e vinte e três está na faixa de dois milhões e quinhentos mil reais, então é importante que seja analisado se realmente há condições de se fazer uma festa de rodeio, pois se trata de um evento que não é nada barato. Por fim, utilizou a palavra o **Vereador Paulo Raddi**, dizendo que não sabe informar se o município fará ou não o rodeio este ano mas, assim como o Vereador Paulo Goya esclareceu, para este ano existe a obrigação de pagamento de um aporte no valor aproximado de dois milhões e meio de reais. O Vereador disse que não é contra a realização da festa do rodeio, mas uma festa desta natureza não é possível de se realizar com menos de meio milhão de reais, e pelo que tem conversado com a equipe do Prefeito, ele está priorizando o pagamento destes aportes. O Vereador esclareceu ainda que o aporte previsto para o ano de dois mil e vinte e quatro é aproximadamente três milhões e cem mil, desta forma, é importante que os próximos Prefeitos se preocupem bastante com esta situação. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrada a sessão, da qual eu, Anderson Vinícios Riche Ferreira, Procurador Legislativo, sob a supervisão do Primeiro Secretário, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada na forma regimental.



ERIVALDO DA CRUZ
PRESIDENTE



CLAUDEMIR MARCELINO LOUZADA
PRIMEIRO SECRETÁRIO